

Dossiê: Identidades e sexualidades hegemônicas e contra-hegemônicas. Feminidades e masculinidades em tempos autoritários

<http://dx.doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.30004>

Revisitando o nascimento da teoria feminista no Brasil a partir de *A mulher é uma degenerada*, de Maria Lacerda de Moura

*Revisiting the creation of the feminist theory in Brazil through *A mulher é uma degenerada*, by Maria Lacerda de Moura*

*Revisitando el nacimiento de la teoría feminista en Brasil desde *A mulher é uma degenerada*, de Maria Lacerda de Moura*

*Adriana Aparecida de Figueiredo Fiuza**
<https://orcid.org/0000-0002-8667-4756>

*Simone Pinheiro Achre***
<https://orcid.org/0000-0002-7794-0186>

* Professora Associada de Literatura do Colegiado e do Programa de Pós-Graduação em Letras – Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Doutora e Mestre em Literatura pela Unesp-Assis/SP. É autora do livro *Releituras da história franquista nos romances Galíndez e Autobiografía del general Franco, de Manuel Vázquez Montalbán* (2014) pelo selo Cultura Acadêmica da Editora da UNESP e co-autora da publicação *Escrituras de autoria feminina e identidades ibero-americanas* (2020) pela Editora da Universidad Autónoma de Madrid e Editora Autografia. É membro dos grupos de pesquisas Narrativas Estrangeiras Modernas da UNESP-Assis/SP e Confluências da Ficção, História e Memória na Literatura e nas Diversas Linguagens da UNIOESTE. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura e Teoria Literária, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura de autoria feminina, Literatura Espanhola e Literatura Latino-americana Contemporâneas; Literatura, História e Memória. E-mail: adrifiuza@yahoo.com.br

** Doutoranda em Letras - Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Graduada em Letras- Licenciatura Português/Espanhol pela Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus- Realeza/Paraná (UFFS). Pós-graduada em Educação do Campo pela Faculdade São Braz. É coautora dos livros *Reflexões e Ações no Ensino de leitura e de literatura literária* (2019) pela Editora Bordô-Grená e *Leituras e Releituras: aspectos literários e linguísticos* pela Editora Mares. Atuou como professora de Língua Espanhola na UFFS. É membro do grupo de pesquisa Confluências da Ficção, História e Memória na Literatura e nas Diversas Linguagens da UNIOESTE. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Espanhola e Língua Portuguesa. É professora na Educação Infantil e membro da diretoria da Associação de Professores de Espanhol do Estado do Paraná. E-mail: simone_achre@yahoo.com

RESUMO: Uma das grandes expoentes das teorias do feminismo é Maria Lacerda de Moura. Por meio de seus textos é possível entender a condição das mulheres no Brasil no século XX e quais são as ações necessárias para a libertação das amarras do patriarcado. Esses aspectos podem ser lidos em *A Mulher é uma degenerada* (1924). O objetivo do artigo é analisar a obra, percebendo a visão da autora quanto ao papel da mulher e de como o resgate de sua obra contribui para a discussão acerca do nascimento e da memória do movimento feminista no país. O suporte teórico está centrado em estudos de Walter Benjamin e Michel Foucault, entre outros. Esse trabalho se justifica dada a necessidade de rever a história e demonstrar os silenciamentos no discurso oficial, pois se percebe que a luta pela emancipação da mulher tem o seu surgimento muito antes da década de 1970, uma vez que nos anos 20 do século passado Maria Lacerda de Moura, desde uma perspectiva anarquista, já levantava a bandeira da emancipação feminina e da luta por direitos igualitários entre homens e mulheres. Acredita-se que ao se revisitar a teoria feminista contribui-se para a formação de uma memória nacional sobre a luta por direitos das mulheres.

Palavras-chave: Feminismos. História e Literatura. Maria Lacerda de Moura.

ABSTRACT: One of the greatest representatives of the feminist literary criticism is Maria Lacerda de Moura. In her texts, it is possible to visualize the women's condition in the 20th century, and the actions needed for the liberation from the moorings of patriarchy. These aspects can be seen in *A Mulher é uma degenerada* (1924), published in the '20s. The main objective of this analysis is to demonstrate the author's vision about the women's role and the way that bringing her literary production back contributes to the discussion about the memory of the feminist movement in the country. The theory that supports this study is centered on Walter Benjamin's and Michel Foucault's studies, among others. This study is justified by the need to review History and to demonstrate the silencing in official discourses, since it is noticeable that women's fight for emancipation began much earlier than in the '70s, since Maria Lacerda de Moura was already raising the flag on women's emancipation and equal rights between men and women. It is believed that by revisiting the feminist theory we contribute to the creation of a national memory around the fight for women's rights.

Keywords: Feminisms. History and Literature. Maria Lacerda de Moura.

RESUMEN: Una de las grandes exponentes de las teorías del feminismo es María Lacerda de Moura. A través de sus textos es posible comprender la condición de la mujer en Brasil en el siglo XX y cuáles son las acciones necesarias para la liberación de los lazos del patriarcado. Estos aspectos se pueden leer en *A mulher é uma degenerada* (1924). El objetivo del artículo es analizar el trabajo, realizando la visión de la autora sobre el papel de la mujer y cómo el rescate de su trabajo contribuye a la discusión sobre el nacimiento y la memoria del movimiento feminista en el país. El apoyo teórico se centra en los estudios de Walter Benjamin y Michel Foucault, entre otros. Este trabajo se justifica dada la necesidad de revisar la historia y demostrar los silencios en el discurso oficial, ya que está claro que la lucha por la emancipación de las mujeres tiene su aparición mucho antes de la década de 1970, pues desde la década de 1920 Maria Lacerda de Moura, desde una

perspectiva anarquista, levantó la bandera de la emancipación femenina y la lucha por la igualdad de derechos entre hombres y mujeres. Se cree que al revisar la teoría feminista, contribuye a la formación de una memoria nacional sobre la lucha por los derechos de las mujeres.

Palabras clave: Feminismos. Historia y Literatura. Maria Lacerda de Moura.

Como citar este artigo:

Fiuza, Adriana Aparecida de Figueiredo; Achre, Simone Pinheiro. “Revisitando o nascimento da teoria feminista no Brasil a partir de ‘A mulher é uma degenerada’, de Maria Lacerda de Moura”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1 (2020): 16-31.

Uma introdução biográfica

Maria Lacerda de Moura, nascida em 16 de maio de 1887, na cidade de Manhuaçu em Minas Gerais, foi uma das mulheres do início do século XX que mais influenciaram o pensamento feminista no Brasil daquele período. Viveu em Barbacena dos 4 aos 34 anos, momento em que a cidade estava sob “o governo dos grandes coronéis articulados às hostes do Partido Republicano Mineiro” (Leite 1984, 04). Formou-se professora na Escola Normal da cidade, onde também começou a lecionar na antiga educação primária.

Tendo como norte a pedagogia libertária de Francisco Ferrer y Guardia¹ (1859-1909), anarquista espanhol que propagava o modelo libertário de educação, Maria Lacerda defendia que esta era um instrumento de transformação social (Dias s/d, 19). É notório que como professora, teve uma importante atuação junto a campanhas de alfabetização de adultos, ajudando a fundar em 1912 a Liga Contra o Analfabetismo (Miranda 2006).

Filha de um funcionário público e pertencente a uma família de classe média urbana, teve acesso à educação graças à segurança do trabalho estável do pai que, embora não pertencesse a classe dominante local, detentora da produção de leite, tinha relação com os poderosos da cidade por trabalhar no Cartório de Órfãos (Leite 1984).

¹ Segundo Sílvio Gallo, “Ferrer nasceu em 1859 em um vilarejo da Catalunha, em família de agricultores católicos. Aos 14 anos, foi trabalhar no comércio em Barcelona e, autodidata, estudou as ideias republicanas. Tornou-se republicano, ateu e anticlerical, ligando-se a grupos maçônicos de livres pensadores. Trabalhando na Companhia de estradas de ferro, organizou uma biblioteca popular nos trens e ligou-se a um dos expoentes do republicanismo espanhol, Ruiz Zorrilla. Com o fracasso de uma insurreição republicana, exilou-se em Paris, onde sobreviveu dando aulas de espanhol. Chegou, mesmo, a escrever e publicar um método de espanhol prático. Sua estada na França também o aproximou de pensadores e militantes anarquistas, tendo chegado a conhecer Paul Robin (1837-1912), sistematizador do conceito de educação integral” (Gallo 2013, 241).

Apesar das grandes modificações em Barbacena, oriundas do crescimento industrial que a cidade sofreu, estas não trouxeram grandes avanços nas relações sociais que continuaram a ter o caráter tradicional, “do domínio agrário e patrimonialista” (Leite 1984, 06), muito criticado por Maria Lacerda, que já na década de 1920 articulava conferências destinadas aos trabalhadores de Barbacena. Como assinalam Moraes e Aguiar (2017, 10), também lá “publicou importantes obras como: *Em torno da educação* (1918), *Por que vence o porvir?* (1919) e *Renovação* (1919)”. Entretanto, ao se identificar como anarquista, a professora começou a ser hostilizada na cidade, fato que a levou a mudar-se, em 1919, para o Rio de Janeiro. Esse deslocamento, proporcionou seu encontro com a bióloga, política e ativista feminista Bertha Lutz (1894-1976) e juntas fundaram a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que tinha por objetivo “lutar pela igualdade de gênero e reivindicar o voto feminino” (Moraes e Aguiar 2017, 10). Maria Lacerda também presidiu a Federação Internacional Feminina. Todavia, houve uma ruptura entre o pensamento de Lacerda e as ideias de um feminismo que não considerava a luta das mulheres proletárias, representados por Lutz e outras mulheres. Nesse sentido, afirmam Moraes e Aguiar (2017, 11) que:

Com o passar do tempo, porém, começaram os desentendimentos entre Maria Lacerda e Bertha Lutz e suas companheiras. Para Lacerda, o feminismo defendido pela Liga e pela Federação beneficiava apenas uma parcela das mulheres, pois ao não estar inserido no contexto da luta de classes, excluía as mulheres operárias, vítimas da opressão patriarcal e capitalista.

Por esse motivo, houve um afastamento de Maria Lacerda com a causa sufragista, passando a escritora a residir em São Paulo em 1921, participando ativamente da militância pelos direitos das mulheres, é lá também que forma parte do grupo de mulheres anarquistas envolvidas com as causas operárias. Em 1923 funda a *Revista Renascença*, que teve apenas 5 edições, sendo uma publicação que tinha por objetivo a difusão da cultura, da arte e do pensamento, o que acarreta ser uma publicação literária também. As publicações de revistas e as cartas trocadas entre as mulheres intelectuais daquele momento eram muito importantes porque permitiam a formação de uma rede que as mulheres anarquistas estabeleceram em vários países. Como se pode observar no fragmento publicado na revista espanhola anarquista *Mujeres Libres*²:

² É importante destacar que essa informação foi primeiro encontrada na página <https://www.facebook.com/RoxoeNegro/> e na sequência consultada diretamente na Revista *Mujeres Libres*.

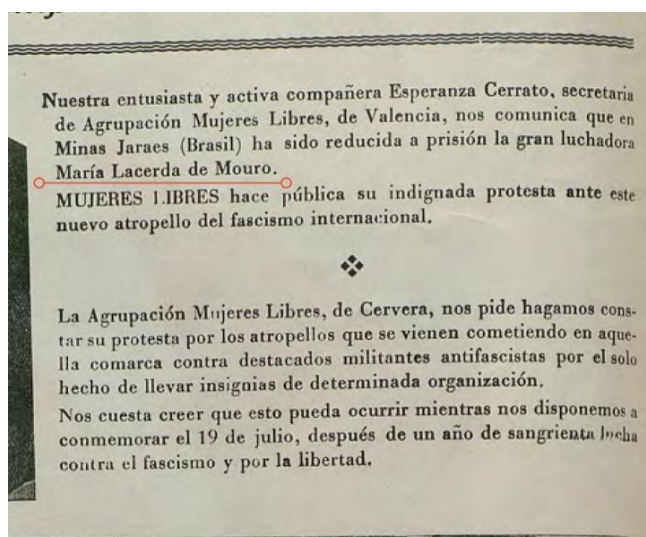


Fig.1: Revista *Mujeres Libres*, N° 10. **Fonte:** <https://cgt.org.es/wp-content/uploads/2017/10/Mujeres-Libres-10.pdf>

Voltando à época em que morava em Minas Gerais, torna-se relevante enfatizar que mesmo residindo a princípio em uma cidade do interior, Maria Lacerda mantinha seus olhos voltados para “as cidades maiores, de onde vinham os periódicos, [os quais] aparece [m] nos artigos de Maria Lacerda de Moura escritos em Barbacena” (Leite 1984, 06). Uma grande parte desse conteúdo dos jornais era compartilhada com suas alunas, mostrando sua preocupação em disseminar o saber para as mulheres que não tinham acesso ao que estava acontecendo no Brasil. Outra informação que merece destaque, sendo mencionada no estudo de Leite (1984), diz respeito ao fato de a anarco-feminista ter sido criada em meio a uma família espírita e anticlerical, ou seja, sua formação fez com que ela tivesse uma “tendência de revitalização social e política da igreja” (Leite 1984, 08), fato que poderia explicar a perspectiva que adota sobre o domínio da religião.



Fig.2: Maria Lacerda de Moura. **Fonte:** Arquivo Nacional, Fundo: Correio da Manhã - BR RJANRIO PH (BR_RJANRIO_PH_0_FOT_35532_001.pdf - 59.104 Kb)

Maria Lacerda de Moura defendeu a importância das mulheres se emanciparem do sistema patriarcal e da opressão clerical católica que estabelecia as atitudes quanto à procriação, ao modelo de família e à moral sexual que deveria ser seguida, baseando-se na culpa do pecado original como meio de manipular os fiéis em busca de redenção. O sistema patriarcal também apontava quais eram os papéis de homens e mulheres e regia que a mulher deveria depender do “pai e a ele obedecesse. Deveria obedecer, em segundo lugar aos irmãos e ao marido, cumprir as tarefas domésticas e, inspirada na paciência e na parcimônia, tornar-se o esteio da unidade de produção doméstica, de que é a mão-de-obra auxiliar” (Leite 1984, 09).

Torna-se relevante ponderar que esse pensamento, que leva a considerar a mulher como um ser subalterno ao homem, não provinha apenas do clero, mas também estava presente em outras instituições sociais e seus representantes, a exemplo do médico psiquiatra português Miguel Bombarda³ (1851-1910), que publica o livro *Lições sobre a epilepsia e as pseudo epilepsias* (1896). Nesta obra, baseada nas concepções científicas da época, a mulher é apontada, nas palavras da própria Lacerda de Moura, como um ser degenerado, considerando “ridículo qualquer esforço ‘em prol da independência da mulher e da sua elevação até o homem’” (Bombarda *apud.* Moura 1924, 1982). O que causou indignação na autora e levou-a a escrever, em 1924, *A mulher é uma degenerada*, obra que apresenta uma pergunta e que ao mesmo tempo se trata de uma resposta ao discurso do médico marcado por um pensamento restritivo em relação ao público feminino. É nessa obra que a

³ De acordo com Isabel Lousada e Angela Laguardia, “Miguel Bombarda é considerado o fundador da psiquiatria portuguesa e o seu nome destaca-se também na história da implantação da República em Portugal em 1910. Republicano, maçom e anticlerical polêmico, coube-lhe a articulação entre a Maçonaria e o Partido Republicano Português” (Lousada e Laguardia 2013, 101).

professora passa a estudar a teoria de Bombarda e a questionar todas as colocações feitas por ele, elaborando minuciosamente uma defesa das mulheres. O objetivo do nosso artigo é promover uma análise desta defesa realizada por Maria Lacerda, entretanto, para compreender a autora nesse contexto do início do século XX, é necessário fazer uma breve incursão sobre a história do movimento feminista no Brasil e no mundo, percebendo a importância histórica e o lugar da produção intelectual de Moura na história dos feminismos, antes de examinarmos o texto que critica essa voz masculina de Bombarda, que, neste contexto histórico e social, olha para as mulheres de uma maneira misógina, ao descrever a inferioridade cerebral feminina.

Um pouco da história das mulheres no Brasil do início do século XX

No cenário atual observa-se um crescimento vertiginoso de uma gama de publicações sobre o movimento feminista, bem como a ampliação do debate acerca do movimento para discutir a opressão feminina. Sabe-se que não foi apenas no campo da história que a luta pelos direitos das mulheres alcançou um importante papel. No campo da crítica literária, ela ainda se configurou como um importante meio de reflexão teórica e analítica, ao permitir que o texto literário fosse lido e interpretado por meio de um olhar feminista, coadunando seus conceitos operatórios, como o uso do termo feminino, em contraposição a masculino e que acabou por acarretar que o primeiro esteja sempre ligado às características atribuídas à mulher pela sua biologia.

O conceito de feminista passou a ser compreendido como “o movimento que preconiza a ampliação dos direitos civis e políticos da mulher, não apenas em termos legais, mas também em termos da prática social” (Zolin 2009, 218). Dentro dos estudos feministas há discussões que indicam as questões pertinentes ao gênero feminino e indicam como elas são constituídas de acordo com as categorias hierárquicas determinadas pela sociedade patriarcal. Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (2016), salienta que “toda a história das mulheres foi feita pelos homens” (idem, 186), logo o movimento feminista também muda esse quadro a partir do momento em que as vozes das mulheres começam a reivindicar e a escrever uma história feita por elas, problematizando os motivos que as silenciaram e as oprimiram.

Ao olhar para o passado, Didi-Huberman (2007, 01) enfatiza que “só se expõe – poética, visual, musical ou filosoficamente – a política ao mostrar os conflitos, os paradoxos, os choques recíprocos dos quais toda história é tecida”. A história do movimento feminista proporciona ler como as estruturas que permeiam a sociedade funcionam e legitimam o discurso opressor. Isso é possível, pois a escrita enquanto “suporte da memória” (Assman 2011, 199) permite voltar os olhos

para o não-dito, para os silenciamentos, para as fissuras do discurso oficial e, com isso, outras vozes podem ser ouvidas, outras perspectivas podem ser conhecidas. Ainda possibilita que contrapontos e relações sejam estabelecidos. Esse olhar voltado para o passado, mas com os pés no presente é denominado por Walter Benjamin (2016, 13) como o ato de escovar a história a contrapelo. Por meio desse processo a história é revista e, dessa maneira, desconstrói-se a história oficial, ou seja, aquela que traz os discursos apenas dos vencedores (homens, burgueses, brancos com suas respectivas esposas). Desse modo, por meio da palavra escrita, o discurso dominante, antes apresentado como o único discurso possível, pode ser revisto e olhado por outros ângulos que não sob o prisma do patriarcado.

Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda, de Jacilene Maria Silva (2019) aborda o surgimento do movimento feminista no mundo. Segundo a autora, a primeira onda feminista teve seu início no “fim do século XIX até meados do século XX e surgiu no Reino Unido e nos Estados Unidos” (Silva 2019, 07). Silva enfatiza as reivindicações que provinham das mulheres brancas e reivindicavam por direitos básicos, estes garantidos aos homens, como: o voto, a participação na política e na vida pública, o direito a gerir os seus próprios bens, enfim, questionavam a submissão e a passividade imposta às mulheres. Enquanto isso, as mulheres negras ainda precisavam lutar “para serem reconhecidas como seres humanos” (Silva 2019, 09). Portanto, a chamada primeira onda pregava a igualdade de oportunidades para homens e mulheres, mas não dava voz as necessidades e reivindicações das mulheres negras com suas reivindicações que não faziam parte das pautas das mulheres brancas.

O período de duração da primeira onda vai até a metade do século XX. Sendo assim, perpassou a Segunda Guerra Mundial, que ocorreu de 1939 até 1945, e durante esse período catastrófico da humanidade veiculavam-se mensagens para difundir o espírito patriota dirigido tanto a homens, quanto a mulheres. A necessidade da presença das mulheres nos espaços, que antes eram destinados aos homens, marcou a saída delas do espaço privado para o público. Foi a partir desse momento em que as mulheres puderam mostrar que “tinham capacidade plena de exercer funções não restritas ao ambiente doméstico” (Silva 2019, 10).

Já no Brasil, o movimento feminista nasceu nas primeiras décadas do século XX, com a criação do Partido Republicano Feminino, fundado em 1910 e tendo como presidenta a professora Leolinda de Figueiredo Daltró (1859-1935). A principal reivindicação do partido era pelo direito ao voto feminino. A concepção dominante era a de que as mulheres eram seres incapazes de participar da vida pública e de decisões políticas do país. Acerca desse período, Pinto (2003, 14) escreve que é “possível identificar três correntes que representam o movimento no Brasil”. Nas

palavras da autora, a primeira tendência foi a mais forte e organizada, liderada por Bertha Lutz e que tinha como viés central a “incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos” (Pinto 2003, 14). A segunda é a que poderia ser denominada como

[...] feminino difuso, o qual se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. São mulheres cultas, com vidas públicas excepcionais, na grande maioria professoras, escritoras, escritoras e jornalistas. Preocupadas ou não com os direitos políticos, essas mulheres têm um campo mais vasto de questões. Defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público. (Pinto 2003, 15)

A terceira tendência de feminismo nacional é descrita por Pinto como “o menos comportado dos feminismos” em que um grupo de mulheres se destaca e era formado por feministas anarquistas e comunistas, que combatiam as desigualdades de gênero. Esse grupo era comandado pela mineira Maria Lacerda de Moura (Pinto 2003, 15).

Como dito anteriormente, a luta pelo direito ao voto feminino, o qual só foi conquistado em 1932, marca a expansão do movimento feminista no país. A *Federação Internacional Feminina* foi um marco na busca pelo direito das mulheres votarem e serem votadas. Pinto (2003) destaca o papel de Bertha Lutz para o movimento, porém, Buttoni (*apud* Leite 1984, 37 - 39) enfatiza que a federação foi criada por Maria Lacerda de Moura, embora sua direção fora delegada à Lutz. Buttoni ainda salienta que, mais tarde, Moura desvinculou-se do movimento, por entender que apenas o direito ao voto não dava conta das necessidades para garantir a emancipação da mulher, antes ela deveria ser educada para ter uma autoconsciência racional acerca de seu papel na sociedade, não aceitando aquilo que lhe era imposto.

Em 1922, Maria Lacerda de Moura delegou a Bertha Lutz a representação da Federação Internacional Feminina, que criara com mulheres de São Paulo e de Santos, na Conferência Pan-Americana de Mulheres em Baltimore. Essa colaboração, todavia, nem deve ter durado muito, pois nem é mencionada na autobiografia que Maria Lacerda escreveu em 1929. O interesse fundamental do movimento feminista de Bertha Lutz, analisado minuciosamente no livro de Branca Moreira Alves *Ideologia e feminismo*, concentrou-se na luta pelo voto como instrumento de progresso feminino e símbolo dos direitos de cidadania. Maria Lacerda de Moura aprovava essa iniciativa [...] Logo ficaram patentes as reservas da líder do Rio de Janeiro diante do radicalismo que se acentuava em direção diferente na escritora mineira, já então residindo em São Paulo. Apenas esporadicamente Bertha Lutz e as Ligas pelo Progresso Feminino se preocupavam com as operárias e assalariadas brasileiras. (Buttoni *apud* Leite 1984, 37-39).

A citação acima está presente no livro *Outra Face do Feminismo*: Maria Lacerda de Moura (1984), da professora Miriam Lifchitz Moreira Leite. Ela publicou uma biografia em que trabalhou com “a documentação oficial e pessoal, pela análise da imprensa em São Paulo, Rio de Janeiro e Barbacena e pela tomada de testemunhos de pessoas que conviveram com Maria Lacerda [...]” (Leite 1984, 06). A pesquisa de Leite (1984), além de fazer um panorama da vida da anarco-feminista, apresenta também várias referências dos textos deixados por Moura, dentre eles, *A*

Mulher é uma degenerada (1982)⁴. Partimos desta obra, publicada na década de 1920, para entender a condição das mulheres no Brasil no século XX e verificar quais eram as ações necessárias para a libertação das mulheres das amarras do patriarcado sob o prisma de Moura. Assim, é importante analisar a visão da autora quanto ao papel da mulher e de como o resgate de sua obra contribuiu para a discussão e a memória do surgimento das teorias feministas no país, ainda nos anos de 1920.

A mulher degenerada existe?

Iniciando sua obra *A Mulher é uma degenerada*, Maria Lacerda de Moura indaga o posicionamento do médico psiquiatra e responsabiliza o homem pelo fato de a mulher não conseguir o mesmo padrão de elevação masculino, pois, ele é, em boa parte, responsável pela impotência feminina. Outro tema que Moura aborda se refere à educação do sexo feminino para “abrir os olhos da mulher” (Moura 1982, 12). Ainda, defende que “[d]e nada vale a igualdade de direitos jurídicos e políticos para meia dúzia de privilegiadas, tiradas da própria casta dominante, si a maioria feminina continua vegetando na miséria da escravidão milenar” (Moura 1982, 12).

Como se pode ler acima, Moura também antecipa algumas das reivindicações que, mais tarde, seriam abordadas na segunda onda feminista, uma vez que já pensava o feminismo plural, que dava voz à todas as classes e necessidades das mulheres, pois “universalizar as demandas do feminismo, ainda era fato que a grande maioria das autoras e militantes radicais era mulheres brancas, de classe alta e inseridas na universidade” (Silva 2019, 15). Durante a segunda onda teve início o chamado feminismo identitário, esse fomentado pelas mulheres da classe trabalhadora, lésbicas e negras, pois entendiam que as diferenças entre as mulheres influenciavam diretamente na forma de ver e entender as necessidades de cada grupo. Surge desse período o termo Sororidade e “a partir daí que a ideia de interseccionalidade ganhou força dentro do feminismo. A obra *Mulheres, Raça e Classe* (2016), de Angela Davis, que teve sua primeira publicação em 1981, é considerada por muitos estudiosos como uma referência desse movimento” (Silva 2019, 18), justamente por desconstruir o discurso de mulher universal. Porém, essa concepção já era apontada pela mineira ainda na década de 1920.

Para Moura (1982) a mulher só teve lugar no discurso da história oficial quando tinha sua imagem atrelada ao negativo, pois o registro é feito com relação ao “maior número de mulheres fatais ao destino dos povos, do que as capazes de alevantar os reinos e as nações num ideal consciente” (Moura 1982, 13). Em outras palavras, a mulher só alcança o protagonismo quando

⁴ Cabe ressaltar que se optou por manter a ortografia da época nas citações do livro de Moura.

ela quebra com a imagem sacralizada e submissa que lhe é destinado pelo sistema patriarcal. Desde o nascimento, as mulheres são condicionadas ao papel do ser subalterno, frágil e ao “desenvolvimento do cérebro feminino para a compreensão do papel individual à mulher destinado na multiplicação do bem-estar” (Moura 1982, 14). Para Moura (1982), a mulher não é preparada, nem encorajada a agir e a pensar de forma autônoma. Percebe-se, portanto, que esses discursos são construídos como meio de manter a dominação masculina. Esta oprime, impõe e mantém tanto a submissão, quanto perpetua o mito de feminilidade. Foucault (2004) explica que os “discursos de verdade” da sociedade, por meio de sua linguagem, comportamento e valores, são relações constituídas de poder e, portanto, aprisionam os sujeitos. Ainda, destaca que

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault 2004, 10)

Quanto ao papel da igreja na opressão da mulher na sociedade, Moura (1982) é categórica ao afirmar que a instituição religiosa católica não ajuda em nada para a libertação da mulher das amarras do patriarcado, ao contrário, contribui. Metaforicamente Moura compara a prática materna de balançar o berço para demonstrar que a mulher não tem consciência do poder que tem, pois a mão que balança o berço da Humanidade é feminina. Cabe a ela mudar o cenário de imposição e submissão ao qual sempre esteve condicionada.

Nesse sentido, a responsabilidade da mudança também passa pela educação da mulher. Esse fator é essencial para que ela compreenda o seu papel na disseminação e propagação de uma ideia errônea do papel feminino na sociedade. Moura (1982) aponta que a imagem de mulher pura e santa, assexual, culpada pelo pecado original, ou que deveria se aproximar da imagem sacralizada de Maria, mãe e protetora da família, sempre foi usada pela igreja como meio de opressão e regulamentação do comportamento feminino. A entidade religiosa foi, por muito tempo, contrária aos métodos contraceptivos e sempre estabeleceu uma moral imposta ao sexo feminino. Segundo Margareth Rago (2014, 144), Moura condenava a prostituição por entender que ela era usada em prol do casamento burguês que explorava as mulheres pobres que precisavam sobreviver, sendo exploradas, principalmente, as operárias. Portanto, o discurso legitimado e propagado pela igreja funcionava, e ainda o faz, como um mecanismo de poder. Foucault, em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (2014), pondera que:

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um

conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito. (Foucault 2014, 138)

Foi durante a segunda onda do feminismo que surge a pílula anticoncepcional (1962). Nessa fase, o modo como as mulheres encaravam o próprio corpo, bem como a crítica ao uso comercial dele passou a ser alvo das feministas, como por exemplo, os concursos, como Miss América (1968), pois elas entendiam que o corpo feminino era visto como objeto (Silva 2019, 14). Também, irrompem as críticas quanto à pornografia, à prostituição, essa última iniciada pelas marxistas. Assim, as feministas apontavam a exploração do corpo e da sexualidade pelo sistema patriarcal, uma vez que é usado como mais um meio de opressão cultivado ao longo do tempo “tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder” (Foucault 2014, 152). Dentre eles, a imagem que a mulher tem do seu corpo e de como ela se percebe enquanto ser capaz e autônomo.

O corpo como produto e como meio de opressão era algo que, como se lê em *A Mulher é uma degenerada* (1982), já era motivo de repulsa pela professora, militante e crítica do sistema opressivo. No entanto, para Moura (1982) a ignorância e a preguiça da mulher contribuíram para a propagação da mulher como ser subalterno.

O homem herdou a tendência autoritária enquanto cultivou a submissão feminina; continua a ser o senhor, o superior, o protetor, e, quer conservar o servilismo, a inferioridade, a dependência da protegida. O que há é o interesse maculino, a preguiça da mulher e a sua ignorância e servilismo cultivados calculadamente através de milênios. (Moura 1982, 41 grifo da autora)

Outra questão abordada por Moura (1982) é a econômica. Essa temática foi mote de outra grande escritora e teórica, Virginia Woolf (2004), em *Um teto todo seu*. Nele a britânica aponta a necessidade da emancipação financeira feminina e declara “[...] a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever ficção; e isso, como vocês irão ver, deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção” (Woolf 2004, 08).

Como se leu na citação acima, a questão econômica é apontada como fator crucial para que a mulher tenha total autonomia e possa lutar pelos seus direitos, porém, cinco anos antes de Woolf, Maria Lacerda de Moura já apontava para a necessidade da mulher buscar pela liberdade econômica, bem como reivindicar “o direito: trabalho igual, salário igual” (Moura 1982, 89). Para a autora mineira, a força da mudança está na educação da mulher, pois ao ser “educada [ela] será força de resistência contra a avalanche devastadora e preparará o advento da verdadeira civilização na qual não haverá lugar para a exploração do homem pelo homem” (Moura 1982, 90) e “evitará a sua própria escravidão econômica” (Moura 1982, 88).

O próprio termo feminismo já aparece empregado no livro de Moura (1982) quando descreve que ele “foi criado pela necessidade de defesa dentro da sociedade capitalista” (Moura 1982, 22) e segue argumentando contra o fato de Bombarda indicá-lo como sendo o principal fator da degeneração da mulher. A autora exemplifica e indaga acerca de outras sociedades, como a de Roma, em que não havia o feminismo, mas cuja sociedade foi corrompida e degenerada, ou seja, a degeneração não é uma característica que pode ser atribuída à luta feminista. Mas ela vai mais fundo nas temáticas que estarão em voga no movimento feminista, como a questão da maternidade. Para argumentar quanto às proposições de Bombarda, as quais apontavam a “instrução feminina, a emancipação da mulher como poderosa força degeneradora, como elemento de esterilidade” (Moura 1982, 24), a autora cita-se como exemplo⁵, usando o livro sagrado, a *Bíblia*, para demonstrar que a esterilidade sempre existiu e que não é fruto da instrução da mulher, defendendo que “além de tudo, ter filhos - não deve, não pôde impedir de pensar. Não são cousas incompatíveis” (Moura 1982, 27).

Moura continua, em seu livro, enfatizando que é a ânsia pelo gozo da vida que faz a mulher ser estéril na sociedade burguesa, o luxo, a exibição, que elas não poupam quando pretendem se livrar de uma gravidez indesejada, pois possuem recursos para pagar pelo silêncio e pelo aborto. Essa é uma característica das mulheres que nasceram em camadas abastadas, pois as menos favorecidas não têm esse privilégio. Também, descreve que muitas mulheres querem ter filhos, mas não os maridos. Ainda, argumenta que por isso “[...] são as chamadas ‘emancipadas’, as inteligentes, as de caráter, as que se não sujeitam no jogo do ‘senhor’ medíocre e presunçoso, muito abaixo delas, entretanto, sujeitar-se-iam gostosamente ao jugo da maternidade absorvente” (Moura 1982, 29).

Os “primórdios do que se chamou de segunda onda do feminismo, [foi] exatamente após a publicação de *O Segundo sexo*, de Simone de Beauvoir no ano de 1949” (Silva 2019, 10 -11) e se este período se estende até meados dos anos 90 do século XX, sua fase mais efervescente perpassou a década de 60 e 70, época em que ocorreu uma ampliação dos estudos acerca da condição da mulher e apontou os fatores que as une enquanto ser oprimido, “o sexo, e a prerrogativa de engravidar” (Silva 2019, 12). Beauvoir discutia que a mulher era vista como ser explorado, isso em decorrência de seu sexo e da questão reprodutiva que ela sempre exerceu. Sexualidade e maternidade, o direito da mulher de governar e decidir sobre o próprio corpo, a ideia de que ela é

⁵ Maria Lacerda de Moura casou-se com 17 anos, mas não antes de ter se formado professora. Não teve filhos, não por impossibilidade, mas por opção. Diferentemente das colegas e da irmã que tiveram muitos. A própria autora descreve que se passaram dez anos até que ela se empenhou na “vida de escritora e propagandista da emancipação feminina” (Moura, 1982, 24-25).

um ser sexual e não apenas materno. Logo, o sexo é entendido como algo relacionado à biologia e o gênero como algo historicamente construído e imposto à pessoa dependendo de seu sexo, tem-se então o “feminismo radical” (Silva 2019, 12). Porém, como se viu, as reivindicações acerca do domínio do próprio corpo e do direito de exercer ou não a maternidade, bem como o uso do corpo como meio de opressão das mulheres já era apontada nos escritos da professora mineira e sob um contexto brasileiro.

Considerações Finais

Como mencionado no início, pretendeu-se realizar um apanhado geral das temáticas defendidas e abordadas por Maria Lacerda de Moura, em *A Mulher é uma degenerada* (1984). Longe de dar conta de todas as questões elencadas pela anarco-feminista, tentou-se demonstrar que algumas das indagações e reivindicações da autora quanto aos direitos das mulheres foram defendidas pela autora ainda na década de 1920. A visão de Moura vai ao encontro do posto por Beauvoir, pois ambas concordam que ser mulher não é um dado natural, mas o resultado de um processo histórico construído sobre bases opressoras pela sociedade patriarcal.

Quebrando com todos os paradigmas que lhe foram impostos, Moura sempre lutou por uma política emancipatória da mulher. Enfatizando que ela deve gozar dos mesmos direitos, das mesmas oportunidades que o homem. Ainda, defendia que a mulher deve ser educada desde a infância para ter a autonomia de refletir acerca do que o patriarcado lhe impõe. Se autogerir, economicamente, mentalmente e emocionalmente para si e para o bem de todos.

Essas temáticas estiveram presentes ao longo das duas primeiras ondas do feminismo e muitas delas ainda estão vigentes nos dias atuais, como a discussão da maternidade, do aborto, etc., tal qual postulou Benjamin ao afirmar que “os grandes escritores, sem exceção, fazem suas combinações em um mundo que vem depois deles [...]” (Benjamin 2012, 13).

Percebeu-se que mesmo com as contribuições de Moura para a história do feminismo, ela ainda está esquecida do grande público e até mesmo da crítica feminista do país. De um lado, seria possível pensar que esse fator se dá pela escolha de determinadas autoras ou determinados autores em detrimento de outras e outros, como acontece no cânone literário, o que acaba por privilegiar alguns discursos e silenciar os divergentes. Por outro, poder-se-ia aventar que talvez Maria Lacerda de Moura ficou marginalizada na história hegemônica do feminismo brasileiro porque seu pensamento anarquista seria capaz de perturbar tanto as feministas liberais quanto as marxistas. Como bem coloca Margareth Rago, diversamente das feministas liberais,

as anarquistas não reivindicavam o direito de voto, por considerarem que nada adiantaria participar de um campo político já profundamente atravessado pelas relações de poder, social e sexualmente hierarquizadas. E, diferentes das socialistas e das comunistas, também se recusavam a criar um partido político, considerado um meio inapropriado para os fins a que pretendiam chegar. (Rago 2017, 597)

Portanto, ainda que haja uma série de estudos sobre esta feminista, principalmente, a partir de trabalhos acadêmicos sobre sua produção com viés pedagógico, entende-se que a obra de Maria Lacerda de Moura precisa ser mais revisitada e estudada, obtendo maior visibilidade na memória do movimento feminista no Brasil. Também se entende que é necessário dar voz e vez aos emudecidos da história, pois aquele que souber “considerar o próprio passado como fruto da coação e da necessidade seria capaz de fazê-lo, em cada presente, valioso ao máximo para si” (Benjamin 2012, 42) e com isso entender a história das mulheres e da luta pelos direitos delas como um amontoado de ruínas que precisa ser reconstruído, valorizado e perpetuado pelas novas gerações.

Referências bibliográficas

- Assmann, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- Beauvoir, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- Benjamin, Walter. *O anjo da História*. Organização e tradução de João Barreto. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- Benjamin, Walter. *Rua de mão única*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas v.2).
- Dias, Mabel e Coletivo Insubmiss@s. *Mulheres anarquistas: o resgate de uma história pouco contada*. João Pessoa: Imprensa Marginal, s/d.
- Didi-Huberman, Georges. “Remontar, remontagem (do tempo)”. *Caderno de Leituras*, 1, n. 47 (2016): 01-07.
- Foucault, Michel. *A coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- Foucault, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
- Gallo, Sílvio. “Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna”. *Pro-Posições*, 24, n. 2 (2013): 241-251. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072013000200015>
- Leite, Miriam Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.
- Lousada, Isabel; Laguardia, Angela. Maria “Lacerda de Moura e Ana de Castro Osório: correspondência em trânsitos atlânticos e feministas”. *Navegações*, 6, n. 1 (2013): 99-104.
- Miranda, Jussara Valéria de. “*Recuso-me! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura*”. Dissertação de mestrado, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006.
-

Moraes, Isaías Albertin de; Aguiar. Mônica Heinzemann Portella de. “Redescobrimo Maria Lacerda de Moura: 130 anos de nascimento”, *Unespiciência*, agosto de 2017, Direitos Femininos, 10-11.

Moura, Maria Lacerda de. *A mulher é uma degenerada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Pinto, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890 - 1930*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

Rago, Margareth. “Trabalho feminino e sexualidade”. Em *História das mulheres no Brasil*, org. Mary del Priori e Carla Bassanezi Pinsky, 578-606. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2017.

Silva, Jacilene Maria. *Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda*. Recife: Independently published, 2019.

Woolf, Virgínia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

Zolin, Lúcia Osana. “Crítica feminista”. Em *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*, org. Thomas Bonnici e Lúcia Osana, 181-203. 3.ed. Maringá: Eduem, 2009.

Recebido: 21 de fevereiro de 2020

Aprovado: 21 de abril de 2020